

Entre representações e silêncios: análise acerca do gênero, classe e raça em livros didáticos de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental¹

48

Cleusa de Fátima Moreira Firmino²

Pâmella Lorena Leal Lopes³

Francisco André Silva Martins⁴

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os modos como os sujeitos históricos são representados em livros didáticos de História destinados ao 4º ano do Ensino Fundamental, tendo como foco privilegiado as dimensões de gênero, e em caráter tangencial, elementos decorrentes das questões de classe e raça. A pesquisa parte da compreensão do livro didático como um artefato cultural que transmite discursos, valores e visões de mundo que influenciam a construção das identidades dos estudantes. Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental como método principal e a interseccionalidade como ferramenta metodológica e analítica para interpretar o entrecruzamento entre raça, gênero e classe. Em síntese, observa-se que sujeitos negros, indígenas, mulheres e grupos populares aparecem, mas muitas vezes associados a posições de subalternidade. A simples presença de sujeitos diversos não se mostrou suficiente para superar estereótipos e omissões, evidenciando limitações no potencial formativo dessas obras.

Palavras-chave

Livros didáticos; Representações; Gênero; Raça; Classe.

Recebido em: 04.05.2026

Aprovado em: 26.06.2026

¹ O trabalho, por envolver unicamente a análise de fontes bibliográficas, não necessitou de submissão dos procedimentos de pesquisa à Plataforma Brasil, bem como ao Comitê de Ética da Universidade.

² Graduada em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: 0296077@discente.uemg.br. <https://orcid.org/0009-0002-5450-7264>

³ Graduada em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais. <https://orcid.org/0009-0007-1912-8687>

⁴ Professor efetivo da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Pós-doutorado em Educação (UFOP). Doutorado e Mestrado em Educação (UFMG). Vice-coordenador do curso de Licenciatura em História (FaE/CBH/UEMG). E-mail: francisco.martins@uemg.br <https://orcid.org/0000-0003-4906-573X>

Between representations and silences: an analysis of gender, class, and race in history textbooks for the early years of elementary school.

Abstract

This study aims to analyze how historical subjects are represented in history textbooks for the 4th grade of elementary school, focusing primarily on gender dimensions and, tangentially, on tangential elements arising from issues of class and race. The research starts from the understanding of the textbook as a cultural artifact that transmits discourses, values, and worldviews that influence the construction of students' identities. A qualitative approach was adopted, using document analysis as the main method and intersectionality as a methodological and analytical tool to interpret the intersection between race, gender, and class. In summary, it is observed that Black, Indigenous, women, and popular groups appear, but are often associated with positions of subalternity. The mere presence of diverse subjects was not sufficient to overcome stereotypes and omissions, highlighting limitations in the formative potential of these works.

Keywords

Textbooks; Representations; Gender; Race; Class.

Considerações Iniciais

O presente trabalho está alicerçado nos resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais. Em aspectos gerais, o estudo objetiva promover a análise dos modos como os sujeitos históricos, plurais e diversos, são representados nos livros didáticos da disciplina de História de uso dos estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental. Diante do exposto, cumpre reforçar que o foco privilegia as dimensões de gênero, e em caráter, tangencial, outros elementos que emergem das questões de classe e raça. A pesquisa foi conduzida a partir de obras pertencentes ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), no ciclo vigente de 2019-2022, e foram aprovadas pelo MEC para utilização em escolas públicas.

A análise dos livros didáticos, enquanto objetos culturais que desempenham um papel fundamental na formação da visão de mundo dos alunos, permite examinar as múltiplas formas pelas quais a História é ensinada e quais vozes e perspectivas são privilegiadas ou marginalizadas nos processos educativos. Esses materiais, além de instrumentos pedagógicos, funcionam como portadores de significados, ideologias e representações sociais que muitas vezes permanecem invisíveis aos leitores. Neste sentido, as representações são dinâmicas e contribuem para situar o indivíduo no mundo, definindo sua identidade social (Spink, 1995, p. 85).

A humanidade em sua notável condição como produtora de cultura, desde os tempos mais remotos, tem produzido e reproduzido representações que incidem diretamente no ordenamento social. A cultura ocidental, de viés marcadamente eurocêntrico, prescreve valores e comportamentos, e dentre esses, a educação, ou o acesso ao conhecimento, se investe de notoriedade dadas as várias possibilidades e as expectativas. No bojo da valorização da educação e da posse de um conhecimento determinado, erudito, de relevância científica, o livro enquanto arquétipo do imaginário social se mostra untado de exacerbada valorização, por vezes, ufanista, somente por ser o que é.

Os livros didáticos de História ocupam lugar central no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, constituindo-se como um dos principais mediadores entre os estudantes e o conhecimento

histórico. Mais do que instrumentos pedagógicos, esses materiais atuam como artefatos culturais que selecionam conteúdos, organizam narrativas e difundem valores, contribuindo diretamente para a construção de identidades e para a formação da visão de mundo dos alunos (Leme, 1995, p. 48).

Nesse sentido, as representações presentes nos livros didáticos não são neutras. Elas expressam escolhas que envolvem disputas simbólicas, evidenciando quais sujeitos históricos são valorizados, quais são silenciados e de que maneira são posicionados nas narrativas escolares. Ao tratar de dimensões como gênero, classe e raça, tais materiais podem tanto reforçar desigualdades historicamente construídas quanto contribuir para a promoção de uma educação crítica, plural e inclusiva.

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e por uma diversidade cultural significativa, torna-se fundamental analisar como os livros didáticos de História representam diferentes grupos sociais. Essa análise é ainda mais relevante diante das diretrizes educacionais que orientam a valorização da diversidade, como as políticas públicas vinculadas ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que estabelecem critérios para a inclusão de perspectivas plurais nos materiais escolares (Soares, Dias, 2019, p. 202).

Diante desse cenário, ao analisar como sujeitos históricos são representados, busca-se compreender em que medida essas representações contribuem para a construção de uma abordagem crítica e inclusiva da História ou, ao contrário, reproduzem estereótipos e hierarquias sociais. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de problematizar as representações presentes nos materiais didáticos, considerando seu papel na formação de sujeitos críticos e conscientes. Ao investigar as representações de gênero, classe e raça nos livros de História, o estudo contribui para o debate sobre práticas educativas mais comprometidas com a equidade, a diversidade e a justiça social no contexto escolar.

Caminhos Metodológicos

A pesquisa, seja ela de qualquer natureza, nas mais variadas áreas de conhecimento, se apresenta como instrumento produtor de conhecimento, de conscientização. Trata-se de um processo ininterrupto de mudança, não

necessariamente linear e, sobretudo, que não é compulsoriamente evolutivo, partindo de uma condição inferior e alcançando sempre um patamar mais qualificado. Em outras palavras, fazer pesquisa é estar aberto ao desequilíbrio, à inquietação, a avanços e retrocessos.

Nesse contexto, o que outorga a uma pesquisa sua cientificidade, pelo menos em tese, é sua condição como processo estruturado de aplicação de métodos e ações, obviamente, sob o crivo dos pares e o cabedal de experiências anteriores de uma área. Idealistas, nos parecem, os que pregam o alcance da objetividade científica por meio da neutralidade e da isenção do pesquisador. Ciência, e o conhecimento dela decorrente, é um produto compulsoriamente humano e cumpre com um papel singular como fenômeno cultural, simbólico, social e político.

Dito isso, cumpre-nos reforçar que para o desenvolvimento do presente trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de três livros didáticos aprovados pelo PNLD no ciclo 2019–2022. São eles:

Quadro 1: Obras analisadas

Título/Coleção	Autoria	Editora	Ano de Publicação
Ápis	Anna Maria Charlier Maria Elena Simielli	Ática	2017
Aprender Juntos	Mônica Lungov Raquel dos Santos Funari	SM	2017
Vamos Aprender	Caroline Minorelli Raquel dos Santos Funari	SM	2017

Fonte: Tabela elaborada pelos autores (2026)

Como ferramenta teórico-metodológica, utilizou-se a interseccionalidade, entendida como uma perspectiva que permite analisar o entrecruzamento de diferentes marcadores sociais e suas implicações nas formas de representação e

nas relações de poder. Nesse contexto, foi utilizada a análise documental como principal estratégia metodológica, visando examinar os livros de forma analítica (Neves, 1996, p. 3).

Outrossim, a análise documental se mostrou fundamental para compreender como as representações sociais estudadas são construídas nos livros didáticos que compuseram o *corpus* documental da pesquisa. Essa nos permitiu uma interpretação mais refinada dos conteúdos, evidenciando implicações pedagógicas e sociais muitas vezes imperceptíveis instantaneamente a quem lê. Conforme nos aponta Bittencourt:

[...] a representação social ultrapassa essa atividade de conhecimento prático e preenche igualmente uma função de comunicação. Ela permite às pessoas inserir-se em um grupo e realizar trocas, intervindo na definição individual e social, na forma pela qual o grupo se expressa. (Bittencourt, 2011, p. 236).

Ainda caminhando nos aspectos metodológicos, destacamos que se empregou uma análise interseccional, tanto como estrutura metodológica quanto como ferramenta de *práxis* crítica, fundamental para compreender as complexas interações de poder e formas de opressão. Ao adotar a interseccionalidade, reconheceu-se que as categorias sociais não operam de forma isolada, mas se entrelaçam, gerando desigualdades e influenciando as narrativas. Com isso, a interseccionalidade se torna essencial para revelar como raça, classe e gênero se articulam nos materiais analisados.

Torna-se importante dar destaque ao fato que o objetivo não é quantificar ocorrências, mas interpretar as representações e os sentidos produzidos nos discursos presentes nos livros. A análise buscou compreender os efeitos formativos desses materiais na construção de identidades sociais e nas práticas escolares, com atenção especial às implicações pedagógicas e ideológicas dos conteúdos. Nessa perspectiva, a interseccionalidade foi concebida como *práxis*, e como ressaltam Collins e Bilge (2021), essa possui um potencial transformador, alinhando-se diretamente à finalidade deste estudo.

Sobre Livros Didáticos e seu uso

Se, como apontado anteriormente, podemos dizer que o livro como objeto é investido de um prestígio singular ao se vincular quase que compulsoriamente

a sua condição como sendo capaz de conter algo importante, relevante a ponto de ser editado e publicado em forma de livro, os livros didáticos, em específico, apesar de garantirem nuances desse status de importância, se mostram como sendo menos valorizados pela função que lhes é outorgada.

O guardião de atividades, lições e conhecimentos “elementares”, para formação de crianças e jovens, privilegiando seu caráter propedêutico ao formar as gerações mais novas, assim nos parece a representação mais comum sobre o livro didático, contudo, em justa medida, essas imagens estereotipadas desconsideram seu papel como ferramenta central na formação dos estudantes da Educação Básica, sobretudo, os egressos das classes populares, que podem chegar a condição de em uma vida inteira ter o contato com o livro objeto apenas em seu período de formação escolar. Conforme aponta Guimarães (2014), ao abordar dados de uma pesquisa nacional que investigou o acesso a livros e o hábito de ler junto aos brasileiros, *“o livro didático é o segundo gênero de leitura mais lido entre os leitores brasileiros, ficando atrás apenas da Bíblia”* (p. 92).

Os livros didáticos de História podem ser compreendidos como produções culturais e pedagógicas que operam na seleção, organização e legitimação de conhecimentos no contexto escolar. Nessa perspectiva, mais do que instrumentos de apoio ao ensino, esses materiais participam da construção de narrativas históricas e da definição de quais sujeitos, experiências e memórias são considerados relevantes. Essa compreensão desloca o olhar sobre o livro didático de uma função meramente técnica para uma análise de seu papel na produção de sentidos e na organização das relações de poder no interior do currículo escolar.

Nessa perspectiva, Choppin (2004) destaca que os livros didáticos desempenham múltiplas funções no processo educativo, entre elas a função curricular, ao orientar os conteúdos escolares; a instrumental, ao propor atividades de aprendizagem; e a ideológica e cultural, ao transmitir valores e visões de mundo. Essa última dimensão evidencia que tais materiais não são neutros, mas refletem interesses sociais, políticos e históricos, contribuindo para a consolidação de determinadas narrativas em detrimento de outras.

Essa compreensão dialoga com a teoria da reprodução social de Bourdieu e Passeron (2008), que permite analisar o papel da escola e de seus instrumentos, como os livros didáticos, na manutenção de desigualdades. Ao selecionar e legitimar determinados conhecimentos, estes materiais funcionam como veículos

de transmissão do capital cultural dominante, limitando o acesso a perspectivas plurais e reforçando hierarquias sociais.

De modo semelhante, Apple (2006) argumenta que o currículo escolar é atravessado por relações de poder e atua como um mecanismo de reprodução de ideologias dominantes. Nesse contexto, os livros didáticos de História não apenas organizam conteúdos, mas constroem uma “visão oficial” da História, frequentemente marcada por perspectivas eurocêntricas e pela marginalização de grupos subalternizados. Assim, analisar suas representações permite compreender como determinadas narrativas são legitimadas e outras silenciadas.

Ao considerar os livros didáticos como espaços de representação, a contribuição de Chartier (1999) amplia essa análise ao evidenciar que os textos e imagens não apenas refletem a realidade, mas também a constroem simbolicamente. Dessa forma, as escolhas visuais presentes nesses materiais influenciam a forma como os estudantes compreendem os sujeitos históricos e as relações sociais.

No contexto das políticas educacionais brasileiras, observa-se um movimento de ampliação da diversidade nos materiais didáticos, especialmente a partir das diretrizes do PNLD. Como aponta Candau (2016), há esforços para incorporar representações mais plurais, incluindo sujeitos historicamente marginalizados e promovendo o reconhecimento da diversidade cultural. No entanto, a autora ressalta que a presença desses sujeitos não garante, por si só, uma abordagem crítica, sendo necessário problematizar a forma como são representados.

É nesse ponto que a interseccionalidade se apresenta como ferramenta analítica fundamental. Segundo Collins e Bilge (2021), essa perspectiva permite compreender como diferentes marcadores sociais, como gênero, classe e raça, se entrecruzam na produção de desigualdades e na organização das relações de poder. Ao superar análises isoladas dessas categorias, a interseccionalidade possibilita uma leitura mais complexa das representações, evidenciando tanto presenças quanto silenciamentos.

Dessa forma, ao articular essas contribuições teóricas, este estudo compreende os livros didáticos de História como espaços de disputa simbólica, nos quais se produzem e se reproduzem representações sociais. A análise interseccional dessas representações torna-se, portanto, essencial para identificar não apenas a presença da diversidade, mas as formas como elas são

construídas, hierarquizadas ou invisibilizadas, contribuindo para o debate sobre uma educação mais crítica, plural e comprometida com a justiça social.

Gênero, Raça e Classe: elementos para o debate

A organização social é entrecortada por patamares vários, assim como é marcada por distinções diversas, sobre as quais os sujeitos, de acordo com sua posição, podem gozar de maior ou menor privilégio. Aparenta ser consenso irrestrito o fato de as questões e disputas que entrecortam gênero, raça e classe, impliquem em um maior enfrentamento de obstáculos e embargos quanto ao exercício e a garantia dos direitos dos indivíduos que se enquadrem na referida tríade, sendo notável o fato de em havendo a sobreposição das condições, haver também em justa medida o agravamento da violação e negação de direitos (Dimenstein, 2002).

Diante do exposto, cumpre-nos destacar que não nos parece apropriado construir aqui um tratado teórico/conceitual, embora, nos interesse, minimamente, estabelecer uma base de sustentação adequada para a qualificação do debate empreendido. Todavia, é compulsório que para a qualificação do debate não se perca de vista a condição central do ser humano como produtor de cultura, conseqüentemente, produtor de valores, modos, símbolos, que são dissipados até às mais estreitas fissuras de toda a estrutura social (Laraia, 1999).

De posse dessa discussão, damos destaque ao gênero como um dos elementos que servem como um verniz de naturalização dos privilégios masculinos em relação às mulheres na realidade social concreta. Historicamente, tendo como ponto de partida a ideia de que a condição natural do homem como sendo mais forte que a mulher, esse se tornaria assim seu “protetor” e assumiria funções de maior perigo, que implicava no enfrentamento das dificuldades, na garantia de provisão para sobrevivência, do risco de morrer ao defender os seus contra ataques de outros grupos, enquanto à mulher coube uma quase condenação, uma clausura, presa à casa, à prole, aos deveres tidos como menores, menos reconhecidos em sua importância e singularidade (Beauvoir, 2025). Em diálogo com hooks⁵ percebe-se que:

⁵ O nome da autora se encontra grafado no trabalho de modo que destoava do que as normas de publicação determinam, ou seja, com a letra inicial em maiúsculo. Essa é uma exigência da própria autora que faz questão de ser citada com letras minúsculas.

Homens, como grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar (*mulheres, coletivo com o qual a autora se junta ao fazer sua análise*). Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso da violência, se precisarem, para manter o patriarcado. (hooks, 2022, p. 13-14).

O contexto apontado vai repercutir na perenização de relações que no contexto social impactam de tal forma a ponto de servir como argumento para a “naturalização” de uma posição de prevalência do homem sobre a mulher, consuetudinariamente tornando-o patriarca, desde os tempos mais remotos e alcançando a sociedade hodierna. Em diálogo com Beauvoir, percebemos que:

[...] o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmar-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio, alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher. (Beauvoir, 2019, p. 112).

Cientes que a busca por uma sociedade mais humanizada, mais igualitária e menos misógina e sexista passa por mudanças estruturais, dentre as quais reforçamos a importância de se debater como as relações de gênero têm sido perenizadas em ferramentas pedagógicas como os livros didáticos e seus conteúdos, sobretudo, por sua singularidade na formação das gerações vindouras. Dando continuidade ao debate e ainda em busca de estabelecer um arcabouço teórico que nos auxilie no debate empreendido no presente trabalho, nos debruçamos sobre a dimensão da raça e seu lugar das imagens consolidadas nos livros didáticos de História. Uma tese irrefutável, da qual não nos parece possível prescindir quando se trata de debater raça é entender que estamos tratando de algo que dista em muito das simplificações de caráter biológico, por compreender intrinsecamente outros elementos que imprimem aumento exponencial na complexidade do debate quando nos debruçamos sobre aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Em diálogo com Martins observa-se que:

A raça biológica delimita a subdivisão de uma espécie e há quem utilize desse argumento para dizer que somos todos iguais, humanos. Essa é mais uma forma de negar o preconceito e o racismo. Todavia, quando se trata dos movimentos sociais negros a palavra raça ganha contornos específicos, envolve aspectos identitários. Nesse contexto, a raça está alicerçada na dimensão

social e política de ser negro, de produzir um sentido de pertencimento, bem como reconhecer a discriminação e o preconceito para com os negros e promover a luta contra essas práticas (GOMES, 2005). Reconhecer esse aspecto da raça, enquanto uma construção sociopolítica torna-se fundamental para as discussões na educação. (Martins, 2012, p. 179).

O Brasil, desde os primórdios da invasão europeia, esteve alicerçado na escravização do negro africano, desumanizando, a ponto de resumir sua condição a de uma rele “ferramenta”, que poderia ser substituída. O escravizado foi a mão-de-obra primaz para garantir o ordenamento da estrutura social, de modo a manter os privilégios do branco, seja ele o europeu vindo para fincar raízes ou os de suas gerações posteriores nascidos em terras brasileiras, e para isso lhe foi tirada a condição mínima de ser reconhecido em sua humanidade. Nos parece ser um equívoco, para não dizer uma ingenuidade, pensar que o país passaria incólume por mais de trezentos anos de uma experiência tão violenta, direcionada maquiavelicamente a um tipo de indivíduo específico, com o fito de coagir e reforçar a subserviência desse outro, única e exclusivamente, justificadas por questões fenotípicas (Munanga; Gomes, 2016).

Assim sendo, cumpre reforçar que, qualquer que seja a discussão que envolva a sociedade brasileira, implica em compreender que estamos tratando de uma estrutura social na qual um conjunto incomensurável de mecanismos de privilégios brancos são retroalimentados pelo que nomeamos de racismo estrutural (Almeida, 2020) — por estar nas bases de sustentação da sociedade, mas que também pode ser compreendido como sendo um racismo estruturante (Gomes, 2018) — por retroalimentar a manutenção de um determinado *status quo*. Seguramente, qualquer estudo ou pesquisa que tenha o Brasil, ou a sociedade brasileira, como ponto de referência, se desconsiderar a importância da dimensão racial para entender suas nuances e especificidades, estará condenado a uma condição lacunar, de incompletude e insuficiência analítica.

Fechamos esse tópico do trabalho passando às questões relacionadas à classe e a reprodução ininterrupta da desigualdade social na história do país. A educação, e conseqüentemente, todos os elementos que a compõem, inclusive os livros didáticos, têm sido muito úteis como justificativa de validade empírica para isentar o Estado de suas responsabilidades sociais para com seus cidadãos, servindo de comprovação para o discurso meritocrático que mensura o sucesso ou fracasso das pessoas e lhes imputa a responsabilidade irrestrita pela condição

vivida. Um discurso que não causa estranhamento, ao pregar que as riquezas sejam usufruídas pelos que as produzem. Entretanto, esse *canto de sereia* tem o objetivo de alienar as pessoas a ponto de se culparem. Conforme apontado por Rodrigues (2003), *“transfere-se para os miseráveis a responsabilidades por suas carências. O aumento da miséria individual e da pobreza é de responsabilidade de cada preguiçoso que não se esforça, não trabalha, e, portanto, não produz”* (p. 15).

Diante de uma realidade alçoz, de desigualdade abissal e de manutenção da exclusão social, torna-se falácia defender a igualdade dos cidadãos a partir de elementos meramente pautados na legalidade, nos direitos estabelecidos, mas muitas vezes não efetivados (Buffa, 2003). Aos olhares incautos a crença em um futuro outro, com uma sociedade mais humanizada, mais colaborativa, mais fraterna, soa como uma quimera, sem ufanismos ou romantizações acreditamos que seja possível uma esperança indignada que nos leve a lutar contra essa conjuntura por meio de uma educação capaz de conscientizar nossos estudantes quanto a sua realidade concreta e as implicações de estar nela inserido. Diante disso, nos colocamos ao lado de Gadotti ao afirmar que:

Hoje, minha certeza é outra - digo “certeza” porque precisamos de certezas para pensar e agir - hoje eu creio que é na luta cotidiana, no dia-a-dia, mudando passo a passo, e que a quantidade de pequenas mudanças numa certa direção oferece a possibilidade de operar uma grande mudança. Ela poderá acontecer como resultado de um esforço contínuo, solidário, paciente (Gadotti, 2008, p. 26).

A complexidade que envolve a educação, a instituição escolar, suas ferramentas, dentre as quais destacamos os livros didáticos, nos compele a reconhecer que ao tratarmos das questões que envolvem gênero, raça e classe, precisamos avançar, mesmo que paulatinamente, no sentido de aprimorar o processo educativo de tal forma que nos seja permitido um sonho tão real quanto o de proporcionar aos nossos estudantes uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade.

O que nos apontam os livros analisados?

Antes mesmo de partirmos para os elementos emergentes do processo de análise dos livros didáticos que compõem a amostra selecionada na pesquisa, nos parece prudente ressaltar nossa consciência quanto às limitações de um

compêndio restrito quanto ao número de obras. Todavia, também é importante reconhecer que trabalhos que têm como foco dimensões mais restritas servem de suporte analítico quando agregados a outras pesquisas da mesma natureza. Assim, nos valemos dessa premissa e reconhecemos a necessidade de que outros trabalhos sejam empreendidos e que amalgamados à produção já existente possam dar maior lastro às evidências encontradas.

Em linhas gerais, a análise das representações visuais presentes nos livros didáticos *Ápis*, *Vamos Aprender* e *Aprender Juntos* evidencia que, embora se observem esforços de ampliação da diversidade, as imagens ainda operam, em larga medida, por meio de lógicas que hierarquizam os sujeitos históricos e naturalizam desigualdades sociais. Ao adotar o gênero como eixo central de análise, articulado às dimensões de raça e classe, compreende-se que tais representações não apenas espelham relações sociais historicamente construídas, mas também participam de sua reprodução no contexto escolar.

No que se refere às relações de gênero, os três materiais apresentam padrões recorrentes na distribuição dos papéis sociais. As mulheres aparecem, frequentemente associadas às atividades ligadas ao cuidado, à domesticidade, à cultura ou à educação, enquanto os homens ocupam, predominantemente, posições de protagonismo, autoridade e produção do conhecimento. Ainda que se identifique maior presença feminina em comparação a materiais anteriores, essa inserção ocorre, em muitos casos, sem ruptura efetiva com a divisão sexual do trabalho, reiterando estruturas simbólicas que conferem maior centralidade social ao masculino.

Quando observadas a partir de uma perspectiva interseccional, tais desigualdades assumem contornos ainda mais complexos. A articulação entre gênero e raça evidencia que as mulheres negras são frequentemente representadas em funções associadas ao cuidado, ao trabalho subalternizado ou a contextos de vulnerabilidade social. Em contraste, mulheres brancas aparecem, com maior recorrência, em espaços de prestígio simbólico, como instituições escolares, profissões qualificadas ou situações de estabilidade socioeconômica. Tal distribuição revela que o reconhecimento social não se organiza apenas por gênero, mas também por marcadores raciais que produzem lugares distintos de visibilidade e valorização.

O uso de imagens que contrapõe, por exemplo, a representação das mulheres negras em funções domésticas e mulheres brancas em posições de

autoridade pedagógica explicita a permanência de uma divisão racializada e genérica do trabalho. Esse padrão, identificado especialmente no livro *Vamos Aprender*, demonstra como as representações podem reforçar estereótipos historicamente construídos, mesmo quando inseridas em propostas pedagógicas que se pretendem ser inclusivas.

A dimensão de classe também atravessa essas representações, reforçando desigualdades. Sujeitos negros e pertencentes às camadas populares são frequentemente associados a contextos de precariedade, migração ou dependência de serviços públicos, enquanto sujeitos brancos aparecem em situações de maior estabilidade e prestígio. Nesse cenário, as mulheres negras são duplamente marcadas, sendo representadas em posições que articulam gênero e classe de forma a reforçar sua subalternização.

Apesar dessas permanências, a análise também identifica imagens que tensionam essas estruturas. A presença de mulheres negras em espaços de atuação profissional qualificada, como docentes ou profissionais da saúde, bem como a representação de mulheres indígenas em contextos institucionais, aponta para possibilidades de ruptura com padrões tradicionais. No entanto, tais representações ainda são pontuais e não se configuram como tendência dominante nos materiais analisados.

Outro aspecto relevante diz respeito aos silenciamentos. No livro *Aprender Juntos*, a escassez de imagens limita significativamente a presença feminina, especialmente de mulheres negras e indígenas, evidenciando que a ausência também constitui uma forma de produção de desigualdades. A baixa recorrência de representações impede a construção de referências diversas, restringindo as possibilidades de identificação dos estudantes com diferentes sujeitos históricos.

Além disso, as representações de períodos históricos, como a escravidão, frequentemente suavizam relações de poder e minimizam conflitos, contribuindo para a naturalização das desigualdades. Nessas imagens, as mulheres negras aparecem, quando presentes, inseridas em posições subalternas, sem que suas experiências específicas sejam problematizadas, o que reforça a invisibilidade de suas trajetórias e resistências.

De modo geral, os três livros analisados evidenciam um cenário de avanços e limites. Se, por um lado, há uma ampliação da diversidade de sujeitos representados, por outro, persistem padrões que hierarquizam essas presenças e mantêm desigualdades simbólicas. A análise interseccional permite compreender

que não se trata apenas de quem aparece, mas de como aparece, em quais contextos e ocupando quais posições.

Assim, ao privilegiar o gênero como eixo de análise, articulado às dimensões de raça e classe, este estudo evidencia que as representações nos livros didáticos de História ainda estão distantes de promover uma abordagem plenamente crítica e inclusiva. A permanência de estereótipos, a distribuição desigual de papéis sociais e os silenciamentos identificados reforçam a necessidade de uma revisão mais profunda desses materiais, considerando seu papel na formação de sujeitos e na construção de uma educação comprometida com a equidade e a justiça social.

Reflexões e debates

A análise das representações visuais presentes nos três livros didáticos de História evidencia que, embora haja avanços na incorporação da diversidade, as imagens ainda reproduzem, de maneira recorrente, hierarquias simbólicas atravessadas por gênero, raça e classe. A partir de uma leitura interseccional, torna-se possível compreender que essas categorias não operam de forma isolada, mas se entrelaçam na construção de representações que, muitas vezes, reforçam desigualdades históricas no contexto escolar.

No que se refere ao gênero, observa-se que as mulheres continuam sendo representadas, majoritariamente, em papéis associados ao cuidado, à domesticidade ou a atividades culturais, enquanto os homens ocupam, com maior frequência, posições de autoridade, protagonismo e produção do conhecimento. Essa distribuição evidencia a permanência de uma lógica que naturaliza a divisão sexual do trabalho, ainda que em versões mais sutis e atualizadas. Mesmo quando inseridas em espaços profissionais, as mulheres aparecem com menor centralidade simbólica, o que limita a construção de referências mais plurais para os estudantes.

Ao considerar a articulação entre gênero e raça, essas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes. As mulheres negras, em particular, são frequentemente associadas a funções de cuidado ou a contextos de vulnerabilidade, enquanto mulheres brancas aparecem vinculadas a espaços de maior prestígio ou neutralidade social. Essa configuração revela a permanência de uma divisão racializada do trabalho e do reconhecimento social, na qual

gênero e raça operam conjuntamente para definir lugares simbólicos distintos. Ao mesmo tempo, algumas imagens tensionam esse padrão, ao apresentar mulheres negras em posições de autoridade, como no caso de docentes ou profissionais da saúde, indicando possibilidades de ruptura, ainda que pontuais.

A dimensão de classe também se mostra fundamental para compreender essas representações. Em diferentes momentos, sujeitos negros e das camadas populares são associados a contextos de precariedade, migração ou dependência de serviços públicos, enquanto sujeitos brancos aparecem em situações de maior estabilidade e prestígio. Essa associação reforça estereótipos sociais e contribui para a naturalização das desigualdades, especialmente quando não acompanhada de uma problematização crítica das condições históricas que as produzem.

Entre os três livros analisados, o *Vamos Aprender* se destaca por apresentar maior diversidade de representações e por incluir imagens que tensionam estereótipos, sobretudo no que se refere à presença de sujeitos negros em contextos contemporâneos e de protagonismo. No entanto, mesmo nesse material, persistem marcas da divisão de gênero e da hierarquização racial, evidenciando que a ampliação da presença não garante, por si só, a transformação das estruturas simbólicas. O livro *Ápis*, por sua vez, apresenta uma diversidade mais superficial, na qual a inclusão de diferentes sujeitos não se traduz em valorização equitativa, mantendo associações recorrentes entre grupos marginalizados e posições de subalternidade. Já o *Aprender Juntos* revela limitações mais acentuadas, com escassez de imagens e predominância de representações tradicionais, o que resulta em um cenário de silenciamento, especialmente no que se refere à presença feminina.

Esses resultados indicam que os livros didáticos analisados refletem, em maior ou menor grau, os avanços das políticas educacionais voltadas à diversidade, mas ainda operam dentro de limites estruturais que dificultam a construção de uma abordagem verdadeiramente crítica. A presença de sujeitos historicamente marginalizados, embora seja algo relevante, não é suficiente para romper com padrões excludentes quando não acompanhada de mudanças nas formas de representação e nos lugares simbólicos ocupados por esses sujeitos.

A análise interseccional permite, portanto, evidenciar que as desigualdades não se expressam apenas na ausência de determinados grupos, mas também na maneira como são representados, nas relações que estabelecem e na centralidade que ocupam nas representações visuais. Nesse sentido, as

imagens dos livros didáticos não apenas refletem a realidade social, mas contribuem para sua reprodução, influenciando a formação de identidades e a compreensão dos estudantes sobre as relações de poder.

Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de uma leitura crítica dos materiais didáticos, que considere não apenas a diversidade aparente, mas a complexidade das representações construídas. Ao evidenciar os limites e as possibilidades presentes nos livros analisados, o estudo contribui para o debate sobre a construção de práticas educativas mais comprometidas com a equidade de gênero e com o reconhecimento das múltiplas experiências que compõem a sociedade brasileira.

Considerações Finais

Os resultados evidenciam que, embora haja avanços na inclusão de diferentes grupos sociais, representados em livros didáticos de História dos anos iniciais, as representações ainda são marcadas por hierarquias simbólicas que limitam a construção de uma perspectiva verdadeiramente crítica e plural.

No que se refere ao gênero, constatou-se que as mulheres seguem sub-representadas ou associadas a papéis tradicionalmente femininos, especialmente quando analisadas em articulação com raça e classe. As mulheres negras, em particular, ocupam posições de maior vulnerabilidade simbólica, sendo frequentemente vinculadas ao cuidado ou à subalternidade, o que evidencia a persistência de desigualdades estruturais nas representações. Ao mesmo tempo, identificaram-se representações que apontam para possibilidades de transformação, sobretudo quando mulheres negras e indígenas são retratadas em contextos de protagonismo e atuação profissional. Essas imagens, embora ainda pontuais, indicam caminhos para a construção de materiais didáticos mais inclusivos e comprometidos com a valorização da diversidade.

Dessa forma, somos encorajados a defender que a presença de sujeitos diversos nos livros didáticos não garante, por si só, uma abordagem crítica da História. É fundamental considerar como esses sujeitos são representados, quais papéis lhes são atribuídos e quais relações de poder são produzidas por meio dessas imagens. A interseccionalidade mostrou-se essencial para essa análise, ao permitir compreender as múltiplas dimensões que atravessam as representações e estruturam as desigualdades. Por fim, destaca-se a importância de que a

produção de materiais didáticos avance não apenas na inclusão de diferentes sujeitos, mas também na construção de narrativas que questionem estereótipos e promovam uma educação comprometida com a justiça social. Nesse contexto, a valorização das experiências femininas, especialmente das mulheres negras e indígenas, torna-se fundamental para a consolidação de práticas educativas mais equitativas e transformadoras.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Jandaira, 2020.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2019. (vol. 1 - Fatos e Mitos).
- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BUFFA, Ester. Educação e Cidadania burguesas. In. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo (Orgs.). *Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-30. (Coleção Questões da Nossa Época).
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. *Cadernos de pesquisa*, v. 46, p. 802-820, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143455>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- CHARLIER, Anna Maria; SIMIELLI, Maria Elena. *Ápis: História*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2017. 168 p.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1999. 111 p.
- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e pesquisa, v. 30, p. 549-566, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrKGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/>. Acesso em: 09 mai. 2025.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em 28 set. 2025.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. São Paulo: Cortez, 2008.

- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- GUIMARÃES, Selva. *Didática e Prática de Ensino de História*. São Paulo: Papirus, 2014.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- LARAIA, Roque. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LEME, Maria Alice Vanzolini da Silva. O impacto da teoria das Representações Sociais. In: Spink, Mary Jane Paris (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LUNGOV, Mônica; FUNARI, Raquel dos Santos. *Aprender juntos: História*. 6. ed. São Paulo: SM, 2017. 144 p.
- MARTINS, Francisco André Silva. É possível construir um outro Continente Africano na escola: experiências de um curso de aperfeiçoamento para professores. *Revista da ABNT*, v. 4, n. 8. jul-out 2012. p. 170-191. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/259>. Acesso em 27 abr. 2026.
- MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. *Vamos aprender: História*. 1. ed. São Paulo: SM, 2017. 176 p.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Editora Global, 2016.
- NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa-Qualitativa.pdf>. Acesso em 26 de jan. 2025.
- RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da Escola à Escola Necessária*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOARES, Jadson; DIAS, Margarida. Verbete: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- SPINK, Mary Jane Paris. O estudo empírico das Representações sociais. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.